

## **POVOS INDÍGENAS, DESENVOLVIMENTO E CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS: Apaniekrá e Ramkokamekra-Canela, Poder Tutelar e Agro-negócio no Sertão Maranhense**

Adalberto Luiz Rizzo de Oliveira<sup>1</sup>

**Resumo:** O centro-sul do Estado do Maranhão experimentou, nas últimas décadas, mudanças econômicas e socioambientais decorrentes do desenvolvimento regional. Esse processo impactou a organização social e simbólica dos grupos indígenas locais, com a imposição da lógica do mercado sobre a da auto-sustentação destes grupos. Os Apaniekrá e Ramkokamekra-Canela (Jê-Timbira) foram envolvidos por essa nova fronteira econômica, com a implantação do Projeto Ferro-Carajás e do Programa Grande Carajás, transformando fazendas e núcleos *sertanejos* em empreendimentos do agro-negócio – lavouras de soja, cana-de-açúcar, eucalipto, criação de gado – o que levou a FUNAI a realizar estudos para a revisão demarcatória das Terras Indígenas Kanela e Porquinhos. Com apoio de políticos locais, os *sertanejos* têm obtido junto ao INCRA e ITERMA, a titulação das terras que ocupam e a criação de novos assentamentos rurais, enquanto agências federais, estaduais e ONGs têm implementado projetos de desenvolvimento étnico e local junto a grupos indígenas e regionais. O trabalho analisa os impactos das intervenções vinculadas ao *desenvolvimento* sobre os Apaniekrá e Ramkokamekra-Canela e as respostas por estes elaboradas, através de movimentos sócio-religiosos e do *associativismo* indígena.

**Palavras-chave:** Apaniekrá e Ramkokamekra-Canela; Desenvolvimento Étnico e Regional; Segmentos Sertanejos; Agências Tutelar e de Desenvolvimento.

---

<sup>1</sup> Bacharel em Ciências Sociais (UNICAMP), Mestre em Antropologia (UNICAMP, 2002) e Doutor em Políticas Públicas (UFMA, 2006). Realizou Estágio de Pós-Doutorado junto ao PPGAS e Departamento de Antropologia da Universidade de Brasília-UNB (2013-2014). Desenvolve pesquisa junto aos Apaniekrá e Ramkokamekra-Canela, segmentos regionais e agências de mudança no Maranhão, e em Antropologia Visual e Cultura Regional. É professor Adjunto do Departamento de Sociologia e Antropologia da UFMA. E-mail: [adrizzo@terra.com.br](mailto:adrizzo@terra.com.br).

**Abstract:** The south-central of Maranhão State tried in recent decades, environmental and economic and socio-environmental changes arising from the regional development. This process impacted the social and symbolic organization of local indigenous groups, with the imposition of market logic on the self-sustainability of these groups. The Apaniekrã and Ramkokamekra-Canela (Jê-Timbira) were encompassed by this new economic frontier, with the implementation of the Carajás Iron Project and the Large Carajás Program, turning farms and *backlander* cores in agribusiness ventures – soy, sugarcane, eucalyptus, livestock – which led to FUNAI to conduct studies for the demarcation review of Canela and Porquinhos Indigenous Lands. With support of local politicians, the *backlanders* have obtained by INCRA and ITERMA, the titration of the lands they occupy and the creation of rural settlements, while state and federal agencies and NGOs have implemented ethnic and local development projects along the indigenous and regional groups. The work analyzes the impacts of interventions linked to *development* on the Apaniekrã and Ramkokamekra-Canela and the answers for these elaborated, through socio-religious movements and indigenous *associativism*.

**Keywords:** Apaniekrã and Ramkokamekra-Canela; Ethnic and Regional Development; Backland Segments; Tutelary and Development Agencies.

## 1. Introdução<sup>2</sup>

A região centro-sul do Maranhão, território tradicional dos Apaniekrã e Ramkokamekra-Canela e de outros grupos indígenas foi ocupada, a partir do final do Século XVIII e início do XIX, por segmentos oriundos da frente de expansão pastoril nordestina e de uma frente agrícola, que partindo do litoral maranhense, ocupou os vales dos rios Itapecuru, Mearim e outros<sup>3</sup>. Esses segmentos constituíram o substrato social da atual sociedade regional,

---

<sup>2</sup> Trabalho elaborado durante Estágio de Pós-Doutorado (2013-2014) junto ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade de Brasília, com apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq, Brasil. Apresentado na 29ª. Reunião Brasileira de Antropologia realizada em Natal (RN), entre 03 e 06 de agosto de 2014.

<sup>3</sup> O centro-sul do Maranhão é uma região formada por vegetação de cerrado e matas de transição, delimitada ao sul-sudeste pelo alto rio Itapecuru e Alpercatas, do sudoeste ao noroeste pelos rios Grajaú e alto Mearim, a leste e nordeste pelo Rio e Serra das Alpercatas e alto Rio Itapecuru e ao norte pelo rio Flores. Corresponde à Micro-região do Alto Mearim e Grajaú (IBGE), denominada também Centro-Maranhense (SEPLAN-MA), constituída por 11 municípios, uma área de proteção ambiental e terras indígenas, dentre as quais, a Terra Indígena Kanela e a Terra Indígena Porquinhos (OLIVEIRA, 2011). Vide Mapa 01.

sobretudo das comunidades *sertanejas* localizadas no entorno das Terras Indígenas Kanela e Porquinhos, habitadas por estes grupos (VELHO, 1981; OLIVEIRA, 2002).

Nas últimas décadas, essa região foi objeto de uma nova ocupação, por agentes de uma frente de expansão contemporânea vinculada ao *desenvolvimento* (SCHRÖDER, 2003). Essa *frente desenvolvimentista*, resultado de políticas elaboradas nas décadas de 1960 e 70 voltadas à Amazônia e à Região Nordeste, produziu acentuadas transformações econômicas e socioambientais no Estado do Maranhão, e em especial nas regiões central e sul. Com a abertura de grandes eixos rodoviários e ferroviários e a implantação de projetos de exploração mineral, agroindustrial e agropecuário, essa frente tem gerado *impactos* sobre os grupos indígenas e segmentos regionais ali localizados (OLIVEIRA, 2005).

No início da década de 1980, a implantação da infraestrutura do Projeto Ferro-Carajás (PFC), especialmente a Ferrovia Carajás e o pólo siderúrgico vinculado ao Programa Grande Carajás (PGC), trouxe novos estímulos ao processo de ocupação territorial de antigas áreas de criação extensiva localizadas no cerrado do centro-sul maranhense, por produtores rurais e grupos econômicos vindos do sul, sudeste e centro-oeste do Brasil, que passaram a adquirir terras na região, através da compra de “benfeitorias” e da “grilagem”.

Durante a implantação do Programa e Projeto Carajás, o Governo brasileiro foi pressionado pelas agências financiadoras destes empreendimentos, especialmente pelo Banco Mundial (BIRD), sob risco da interrupção do financiamento, a implementar um programa de investimentos junto a grupos indígenas localizados na região, como forma de prepará-los aos impactos inevitáveis decorrentes do PFC e PGC (CEDI, 1986).

Gerenciados pela então empresa estatal Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), esses recursos foram concentrados em um grande projeto firmado em 1982, conhecido como “Convênio CVRD-FUNAI: Apoio às Comunidades

Indígenas”, a partir do qual foram elaborados subprojetos específicos às “comunidades indígenas” atingidas por “impactos diretos” - em terras indígenas situadas ao longo do Corredor Carajás<sup>4</sup> - e por “impactos indiretos”, situação em que foram enquadrados os grupos indígenas no centro-sul maranhense (CVRD-FUNAI, 1982; OLIVEIRA, 2005).

Os Apaniekrá e Ramkokamekra-Canela<sup>5</sup> e outros grupos indígenas localizados na região foram “beneficiados” naquele momento, por investimentos vinculados ao Convênio CVRD-FUNAI, em infra-estrutura (reforma e/ou construção de postos indígenas, escolas e enfermarias, aquisição de veículos e outros), ações voltadas à educação e saúde e à implantação de projetos econômicos, como roças comunitárias, criação de gado vacum e outros. Excepcionalmente, esses recursos foram também utilizados para a demarcação física de terras indígenas, caso da Terra Indígena Krikati, situada no centro-oeste maranhense (CEDI, 1991).

Seguindo um modelo implementado pela FUNAI desde a década de 1970, esses projetos, então conhecidos como “projetos de desenvolvimento comunitário” tinham por objetivo a produção de itens de auto-sustentação alimentar e excedentes comercializáveis, com a consequente introdução junto a estes grupos, de valores e práticas associados à economia de mercado (OLIVEIRA, 2010).

No centro-sul maranhense, os antigos núcleos sertanejos e fazendas de criação extensiva, gradativamente davam lugar a “projetos” de soja, cana-de-açúcar, arroz, pecuária semiextensiva e outras atividades de agronegócio vinculadas ao Programa Grande Carajás. Nos últimos 20 anos, esses empreendimentos atingiram o entorno das Terras Indígenas Kanela e

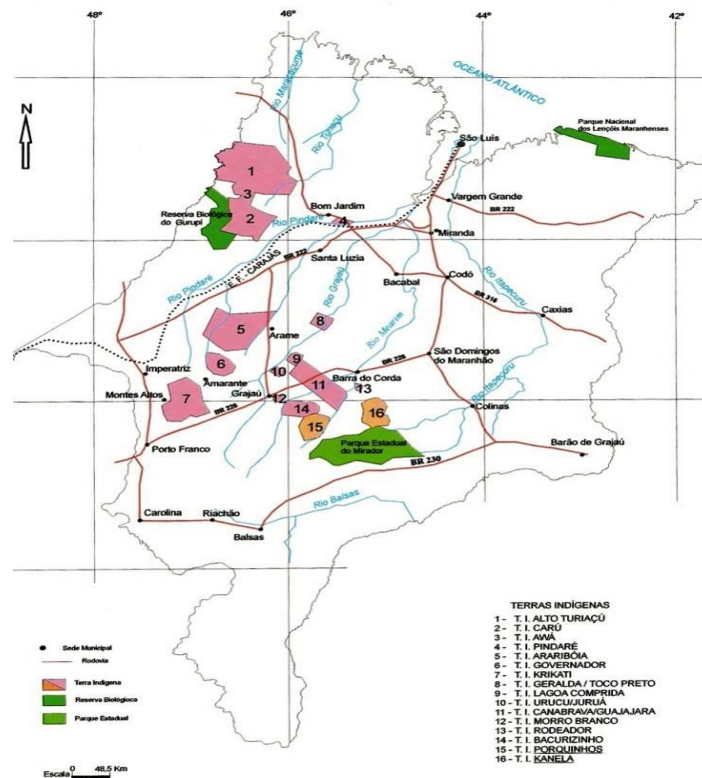
---

<sup>4</sup> O chamado Corredor Carajás correspondia a uma faixa de 100 quilômetros situada ao longo da Ferrovia Carajás, onde foram planejados e implementados projetos agropecuários e industriais, especialmente siderúrgicos, vinculados ao PFC e ao PGC (CEDI, 1986).

<sup>5</sup> Os Apaniekrá e os Ramkokamekra-Canela são aqui definidos como grupos étnicos, segundo o conceito elaborado por Frederik Barth e consagrado na literatura etnológica desde a década de 1970. Este conceito considera grupos étnicos como *unidades de adscrição* baseadas em formas específicas de organização social e política, com a presença ou não de traços culturais distintivos em relação a outros grupos do mesmo gênero, e com *fronteiras sociais* estabelecidas entre esses grupos e, especialmente, em relação à sociedade nacional (BARTH, 2000).

Porquinhos, demarcadas aos Ramkokamekra e Apaniekrá-Canela, gerando impactos econômicos e socioambientais sobre estes e outros grupos indígenas na região.

Mapa 01 - Estado do Maranhão. Terras Indígenas e Áreas de Preservação Ambiental.



Fonte: Oliveira (2011).

O processo de transformação econômica e socioambiental do centro-sul maranhense teve início nas décadas de 1960-70, com a implantação de rodovias, como a BR-001 (Belém-Brasília) e BR-230 (Transamazônica); avançou nas décadas seguintes, com a abertura da MA001 (Balsas-Cururupu), o asfaltamento da BR-226 (Tímon-Porto Franco) e a construção da Ferrovia Norte-Sul, conectando o Maranhão à Região Central do Brasil (Mapa 01).

Conectada à Ferrovia Carajás, a Ferrovia Norte-Sul e esses eixos rodoviários, consolidaram o processo de exportação de soja produzida na região para os mercados europeu e asiático, através do Porto do Itaqui, em São Luís. Esta situação intensificou a disputa pela terra no centro-sul maranhense, tendo em vista seu baixo preço no mercado brasileiro de terras e as perspectivas positivas à produção da soja e outras *comodities* no mercado mundial (OLIVEIRA, 2010).

## 2. Poder Tutelar e Assistência aos Canela

Os Apaniekrá e os Ramkokamekra-Canela têm elaborado diferentes respostas aos processos ligados ao desenvolvimento. De um lado, com o surgimento de movimentos sócio-religiosos; de outro, através da organização associativa, com objetivo de interagir e gerenciar recursos do "mercado de projetos" (ALBERT, 2000). Durante as décadas de 1980-90, verificou-se a emergência de diversos movimentos sócio-religiosos vinculados ao *messianismo canela*, e também de organizações associativas entre estes grupos timbira<sup>6</sup> (OLIVEIRA, 2011).

Esses grupos passam, atualmente, por intensas mudanças no relacionamento com a sociedade brasileira regional, especialmente com os agentes vinculados ao *desenvolvimento*. O crescimento demográfico acentuado desses grupos, associado às limitações ambientais do seu território demarcado, formado em grande parte, por terrenos arenosos e vegetação de cerrado, impróprios para a prática de roças familiares e comunitárias - base da sua economia de auto-sustentação – têm levado a uma maior expectativa e dependência desses grupos em relação a recursos externos, via projetos econômicos e benefícios previdenciários e assistenciais

---

<sup>6</sup> O *messianismo canela* é compreendido como um complexo sócio-religioso inspirado na cosmologia timbira, especialmente no mito de Aukhê, o qual explica o surgimento do "homem branco" e as relações que este estabeleceu com Apaniekrá e Ramkokamekra-Canela e demais povos Timbira (CROCKER, 1976; CARNEIRO DA CUNHA, 1986).

do Governo Federal.

Mudanças nas políticas e ações indigenistas do Governo brasileiro levaram, ainda, à intensificação dos conflitos intersocietários na região, sobretudo em função da precária assistência prestada pelo Estado a esses grupos. A chamada "reestruturação da FUNAI" implementada a partir de 2010, teve como consequência prática a extinção dos postos indígenas, fragilizando ainda mais a integridade dos Apaniekrá e Ramkokamekra-Canela, em relação aos seus territórios e recursos naturais (caça, coleta, madeira e outros) nestes contidos.

Recentes alterações nas políticas e ações voltadas à saúde indígena, associadas ao encerramento das atividades da Fundação Nacional de Saúde (FUNASA) junto a grupos indígenas e à criação da Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI), resultaram em uma queda acentuada na assistência à saúde dos Apaniekrá e Ramkokamekra, decorrente da desarticulação de unidades de atendimento, ausência de profissionais e de medicamentos nas terras indígenas, com consequências extremamente negativas a esses grupos.

Essa situação levou representantes de todas as etnias indígenas no Estado do Maranhão a apelarem ao Ministério Público Federal e à Procuradoria Geral da República no Estado, contra a precarização no atendimento à saúde indígena. Estes agentes convocaram representantes do Ministério da Saúde e do Distrito Sanitário Indígena no Maranhão (DSEI-MA), para junto a essas etnias, definir ações imediatas a fim de sanar o alto índice de mortalidade que se verificava entre estes grupos<sup>7</sup>.

Neste período verificou-se, também, uma queda acentuada na qualidade da assistência educacional aos Apaniekrá e Ramkokamekra-Canela, em relação a anos anteriores, seja pela ausência de professores e materiais didáticos, de limpeza e alimentação, como pelas péssimas

---

<sup>7</sup> Esta reunião ocorreu no dia 01 de agosto de 2013, com a presença de cerca de 400 indígenas no Estado do Maranhão, representantes do MPF e da PGR, mas com a ausência do MS e DSEI-MA. Dados demográficos recentes revelam acentuada redução demográfica entre os Apaniekrá e Ramkokamekra-Canela nos últimos anos, revertendo as taxas históricas de crescimento dessas populações verificadas nas últimas décadas. Cf. Quadro 01.

condições de manutenção das escolas indígenas nas aldeias. A Escola Indígena “General Bandeira de Melo” localizada na Aldeia Escalvado (T.I. Kanela), a qual atende um número significativo de crianças e jovens Ramkokamekra-Canela, encontrava-se em estado de total abandono, com a deterioração do prédio, a falta de professores e de recursos necessários ao seu funcionamento. A mesma situação se observou em relação à Escola Indígena “Moisés Canela” localizada na T. I. Porquinhos<sup>8</sup>.

Quadro 1 - População Apaniekrá e Ramkokamekra-Canela: 1999-2014.

Ano	Apaniekrá (T.I. Porquinhos)	Ramkokamekra (T.I. Kanela)
1999	488	1426
2000	505	1480
2001	519	1532
2002	535	1611
2003	553	1680
2004	572	1733
2005	592	1801
2006	614	1861
2007	634	1909
2008	645	1963
2009	665	2012
2010	674	2015
2011	698	2127
2012	672	1975
2013	683	2004
2014	718	2141

Fonte: SESAI-MA (2014).

### 3. Revisão Demarcatória e Conflitos Intersocietários

A partir de 2004, a FUNAI deu início a levantamentos com objetivo de promover a revisão demarcatória das Terras Indígenas Kanela e Porquinhos, tendo em vista as transformações decorrentes do avanço do

<sup>8</sup> Conforme observações realizadas durante trabalho de campo, no mês de fevereiro de 2014.



agro-negócio na região e a perspectiva de crescimento demográfico desses grupos (Mapa 02). De outro lado, destinou recursos aos Apaniekrá e Ramkokamekra-Canela através de projetos de *etnodesenvolvimento*, voltados para a criação de animais silvestres e produção de mudas de espécies frutíferas, na expectativa de melhoria e sustentabilidade das práticas alimentares destes grupos.

A redefinição na estrutura agrária no centro-sul maranhense nas últimas décadas, levou à expansão do agronegócio sobre as terras do cerrado, atingindo o entorno das Terras Indígenas Kanela e Porquinhos. Com a extinção dos postos indígenas pela FUNAI, esse processo tem resultado no aumento das invasões destas terras indígenas por extratores de madeira, carvoarias e outros agentes direta ou indiretamente vinculados ao agronegócio.

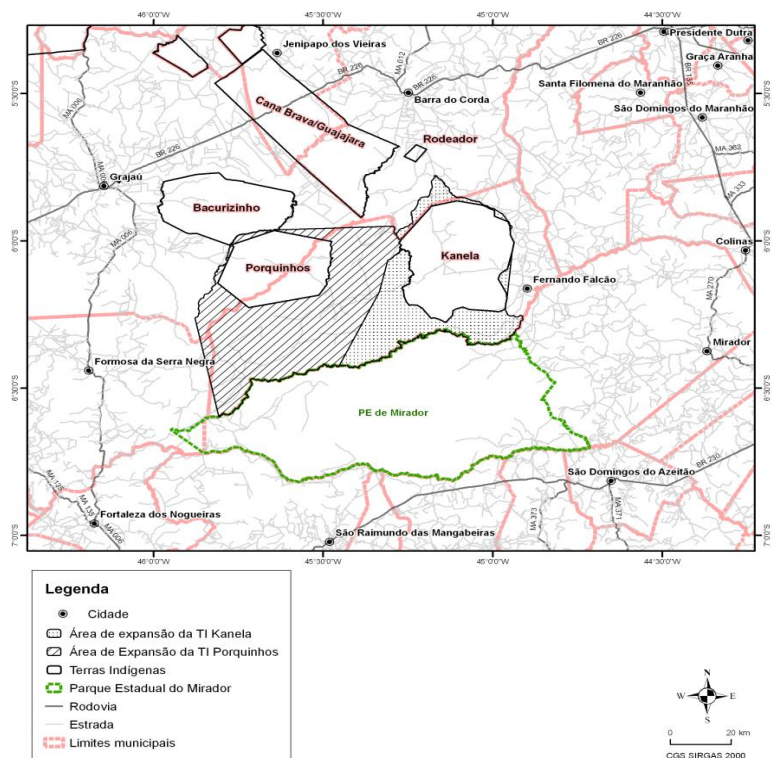
Historicamente pontuais e limitadas a transeuntes, caçadores e pequenos agricultores, essas invasões se tornaram mais efetivas com a ausência de agentes do Estado nestas áreas, abrindo espaço para a extração clandestina de madeiras nobres, a construção de fornos e grandes desmatamentos para a produção de carvão vegetal e o plantio de soja, assim como para a utilização dessas áreas como rotas de transporte regular de veículos motorizados.

Levantamentos apontaram a ocorrência de impactos ambientais junto à Terra Indígena Porquinhos, pela ação de agentes que estariam realizando desmatamentos em uma área situada junto às nascentes do Rio Corda - o qual atravessa a reserva indígena e constitui a maior fonte de água potável aos Apaniekrá - para posterior plantio de soja, eucalipto ou outras "culturas". Uma possível consequência desta ação seria a contaminação deste importante curso d'água, o qual abastece, além da Terra Indígena Porquinhos, diversos povoados e a área urbana de Barra do Corda, por agrotóxicos utilizados no empreendimento.

Neste período, foi constatada a presença de carvoarias no interior da Terra Indígena Porquinhos, cujos agentes destroem a vegetação natural do

cerrado transformando-a em carvão destinado às usinas de ferro-gusa localizadas ao longo do Corredor Carajás. Da mesma forma, a Terra Indígena Kanela tem sido objeto de invasão para a extração de madeiras, caça clandestina e até para a implantação de lavouras de soja. Neste contexto, torna-se comum o trânsito de caminhões madeireiros por estradas vicinais da região, transportando o produto da extração ilegal de madeira destas terras indígenas.

Mapa 02 - Limites Atuais e Revisão Demarcatória das Terras Indígenas Kanela e Porquinhos.



Fonte: IBAMA-MA (2014).

A revisão demarcatória das Terras Indígenas Kanela e Porquinhos, somada a estes processos, tem acirrado o potencial de conflitos

intersocietários no centro-sul maranhense. Neste sentido, pôde-se constatar que a implantação de marcos indicadores dos limites dessas terras por agentes da FUNAI tem provocado a reação de fazendeiros e moradores do sertão cordino, com ações concretas de interrupção do processo demarcatório.

Tendo em vista a perspectiva de que essas terras possam ser desapropriadas ou indenizadas em suas “benfeitorias”, como condição à ampliação das Terras Indígenas Kanela Porquinhos, este processo tem levado à migração de um contingente de pequenos agricultores e criadores da região para a periferia de cidades como Barra do Corda, Grajaú e outras.

#### **4. Mobilizações Políticas Regionais**

Em contraposição, tem ocorrido a mobilização da população sertaneja, moradora de povoados e fazendas no entorno das Terras Indígenas Kanela e Porquinhos, por líderes políticos locais (prefeitos e vereadores) e regionais (deputados estaduais e federais), no sentido de reverter judicialmente o processo de revisão e ampliação física destas terras indígenas. Essa mobilização tem envolvido, ainda, a articulação junto a lideranças políticas nacionais (senadores, ministros), bem como ações judiciais em diversos âmbitos, visando interromper o processo demarcatório.

Da perspectiva destes grupos indígenas, o processo de revisão demarcatória criaria a possibilidade de ampliação das Terras Indígenas Kanela e Porquinhos e o consequente aumento dos recursos naturais nelas contidos gerando, a médio prazo, melhoria nas condições de auto-sustentação destes grupos. Entretanto, este processo tem levado também a uma intensificação nas situações de conflito entre estes grupos e segmentos sertanejos que vivem no entorno destas terras indígenas.

Essas tensões remetem ao histórico das relações interétnicas na região, fazendo emergir na memória social de indígenas e sertanejos,

conflitos ocorridos ao longo do século XX, em decorrência da disputa pela terra entre esses grupos e criadores estabelecidos em seu antigo território. Nesse sentido, os Apaniekrá relataram haver recebido ameaças recentes, através de telefonemas anônimos direcionados à Aldeia Porquinhos, onde foram lembrados esses conflitos históricos e a promessa de novos “massacres” de índios, caso fosse concretizada a revisão demarcatória e a consequente ampliação da Terra Indígena Porquinhos.

#### 4.1 Um Caso Paradigmático

Este processo tem feito arrefecer também conflitos entre os próprios segmentos sertanejos, tendo em vista a perda territorial que decorreria da re-demarcação das Terras Indígenas Kanela e Porquinhos. Representativo desta situação, é o caso do ‘Sítio dos Arrudas’, área de cerca de 20 mil hectares ocupada desde o Século XIX, por uma família de criadores extensivos estabelecida na região do Rio Alpercatas, pela frente pastoril tradicional. Tal como outras ocupações no sertão pastoril, o ‘Sítio dos Arrudas’, apesar de simbolizar o poder dos criadores que historicamente se estabeleceram no território timbira, não dispunha de título efetivo de propriedade, uma vez que o processo de arrecadação e titulação de terras nesta região ocorreu apenas nas últimas décadas.

Palco da relação senhorial entre esta família tradicional e descendentes de escravos africanos introduzidos na região, o atual ‘Sítio dos Arrudas’ expressa um paradoxo nas relações intersocietárias na região centro-sul do Maranhão. Antigos inimigos dos “índios Canelas” (Apaniekrá e Ramkokamekra), contra os quais mantiveram conflitos históricos na região<sup>9</sup>, os atuais Arrudas, hoje divididos entre os descendentes dos antigos

---

<sup>9</sup> No ano de 1913, os Kenkateyê, sub-grupo vinculado aos Apaniekrá, foram objeto de uma chacina promovida por um criador do sertão cordino, Raimundo Arruda, que junto a um grupo de vaqueiros dirigiu-se à Aldeia Chinela, localizada nas nascentes do Rio Alpercatas, ofereceu um barril de cachaça aos índios e a seguir promoveu um massacre, levando à sua extinção como grupo etnicamente organizado (NIMUENDAJU, 1946).

criadores extensivos e uma comunidade que se auto define como “quilombola”, veem seus interesses territoriais fragmentados, diante da possibilidade de desapropriação deste território pela revisão demarcatória em curso.

Neste sentido, representantes desta família têm se mobilizado contra a ação da FUNAI e a consequente incorporação do ‘Sítio dos Arrudas’ às Terras Indígenas Kanela e Porquinhos. A partir de 1999, a “Associação dos Moradores do Sítio dos Arrudas”, representando os interesses dos antigos criadores locais requereu junto ao Instituto de Colonização e Terras o Maranhão – ITERMA, a titulação desta área em nome dos componentes desta associação. Mais recentemente foi solicitado ao mesmo órgão, a implantação de um Projeto de Estadual de Assentamento (PE) em nome da mesma associação.

Diante da real possibilidade de perda deste território, em decorrência da ampliação das Terras Indígenas Kanela e Porquinhos, representantes locais que atuam em agências estaduais e federais, têm realizado procedimentos no sentido de que parte ou a totalidade deste território seja reconhecido e demarcado como “território quilombola”. Neste sentido, foi obtida junto à Fundação Cultural Palmares, a efetivação deste reconhecimento, o que legitimaria a emissão pelo INCRA, da titulação desta área como “território quilombola”.

Assim, enquanto a FUNAI buscava implementar a revisão demarcatória das Terras Indígenas Kanela e Porquinhos, com a possibilidade de uma significativa ampliação destes territórios, outras agências federais e estaduais (INCRA e ITERMA) promoviam a titulação de áreas potencialmente incluídas na ampliação dessas terras indígenas, no sentido de garantir a permanência de comunidades sertanejas e de propriedades particulares estabelecidas nos mesmos territórios, num confronto entre agências governamentais vinculadas à questão indígena, agrária e a interesses locais.

Levantamentos realizados junto ao ITERMA e ao INCRA apontam

para a consolidação destes projetos de assentamento rural e reforma agrária em diversas “glebas” localizadas nos Municípios de Barra do Corda e Fernando Falcão, situadas no interior da área de provável ampliação das Terras Indígenas Kanela e Porquinhos. Esse processo favoreceu a atuação de lideranças políticas locais e regionais, no sentido de embargar na Justiça a revisão demarcatória destas terras indígenas.

Neste sentido, advogados que representam estes interesses têm movido ações em diversas instâncias judiciais, a fim de reverter a revisão demarcatória das Terra Indígena Porquinhos e da Terra Indígena Kanela. As instâncias políticas federais, hoje amplamente favoráveis aos interesses anti-indígenas, têm sido mobilizadas em favor dos criadores de Barra do Corda e Fernando Falcão e de interesses do agronegócio<sup>10</sup>.

## 5. Restrição Territorial e Mercado de Projetos

Essa perda gradativa de controle pelos Apaniekrá e Ramkokamekra-Canela sobre as Terras Indígenas Kanela e Porquinhos e da possibilidade de sua autonomia econômica, através das atividades de auto-sustentação, tem sido “compensada” pelo crescimento do “mercado de projetos” e pela ampliação a esses povos, de serviços vinculados às políticas de compensação social, mantidas pelo Governo Federal.

Assim, à medida em que as atividades de auto-sustentação historicamente realizadas pelos Apaniekrá e Ramkokamekra-Canela - como a caça de animais silvestres, a coleta de frutos e raízes, a agricultura familiar e comunitária – tornam-se cada vez mais restritas ou inviabilizadas pelo esgotamento e exploração de seus territórios, como pelo próprio crescimento demográfico destes grupos, intensificam-se os recursos introduzidos pelo Estado e por agentes privados, através de políticas

---

<sup>10</sup> Recentemente o Supremo Tribunal Federal cancelou a Portaria da Presidência da FUNAI que determinava a ampliação da Terra Indígena Porquinhos, para cerca de 301 mil hectares.

previdenciárias e assistenciais, ‘projetos de etnodesenvolvimento’ e outros.

Assim, foram constatados impactos decorrentes das transformações econômicas e socioambientais na região sobre os Apaniekrá e Ramkokamekra-Canela, bem como relativos à intensificação de sua dependência econômica em relação aos “benefícios” decorrentes das políticas previdenciárias e assistenciais, e dos chamados ‘projetos de etnodesenvolvimento’.

Entre os Apaniekrá e Ramkokamekra-Canela, esses projetos tiveram seu ápice na primeira década deste Século, refletindo a impossibilidade destes grupos exercerem a gestão territorial e ambiental sobre os seus territórios, tendo em vista o afastamento do Estado em relação aos compromissos constitucionais junto aos povos indígenas, decorrente de interesses políticos e da atual aliança estratégica, junto a segmentos legislativos que representam o agronegócio, a mineração e outros interesses anti-indígenas.

Uma análise sobre os chamados ‘projetos de etnodesenvolvimento’ implementados a partir da década de 1970-80, aponta para algumas situações recorrentes. A primeira delas é que estes projetos, cuja nomenclatura e propósitos se alteram conforme o período, os interesses e agências implementadoras, são, de maneira geral, fadados ao fracasso. Isso significa que, em nenhuma das situações ou projetos observados, os grupos indígenas envolvidos adquiriram uma situação de autonomia alimentar ou de auto sustentabilidade.

Um exemplo ilustrativo pode ser dado pelo “Projeto Mentuayê”, implementado junto aos Apaniekrá durante os anos de 2008 e 2009, com recursos da Companhia Nacional de Abastecimento (CONABA), vinculada ao Ministério das Minas e Energia. Ao nível do discurso, este projeto se justificava como um estímulo à auto sustentação alimentar do grupo, a partir da pequena produção agrícola (arroz, mandioca), da criação de aves para produção de ovos, da implementação de pomares e coleta de frutos para aproveitamento na forma de polpas de frutas.

Um dos objetivos deste projeto seria garantir a chamada “merenda escolar” aos alunos da Escola Indígena “Moisés Canela”. A produção e diversificação alimentar dos Apaniekrá e o treinamento de jovens desta etnia no domínio das técnicas e tecnologias utilizadas também estavam na pauta dos objetivos do citado projeto.

Através de levantamentos realizados na Terra Indígena Porquinhos, pôde-se constatar a existência de infra-estrutura implantada – casas de alvenaria, garagens, casa de farinha, uma pequena usina de arroz e outras construções, além de um pequeno trator e outros equipamentos destinados à produção de polpas de frutas, ovos, os quais deveriam estar em operação, mas isto não ocorria.

De acordo com o líder Apaniekrá Paulo Thugran, presidente da “Associação Comunitária Apañjekrá”, a continuidade deste projeto esteve comprometida, de um lado, pela falta de treinamento aos jovens Apaniekrá na utilização desses equipamentos, prevista na formulação inicial do projeto. De outro, pela interrupção dos recursos destinados à produção de polpas de frutas, arroz, farinha e outros produtos, resultando no sucateamento dessa estrutura produtiva e na situação de abandono a que o projeto foi relegado.

## **6. Poder Tutelar, Conflitos Socioambientais e Desenvolvimento**

Constatou-se, ainda, uma intensificação nas situações de conflito intersocietário entre os Apaniekrá e Ramkokamekra-Canela, segmentos sertanejos e agentes do desenvolvimento. O descontentamento desses grupos em relação à capacidade e interesse das agências federais e estaduais em responder positivamente às suas demandas no campo educacional, de saúde, proteção e gestão territorial e atividades produtivas ficou expressa nas manifestações de seus líderes políticos.

Essa postura, que não se restringe aos Apaniekrá e Ramkokamekra-Canela, mas tem-se tornado geral em relação a outros grupos indígenas no



Maranhão, ficou evidente durante a reunião envolvendo representantes indígenas, membros da Procuradoria da República no Maranhão, Ministério Público Federal e Comissão de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil – MA, na qual essas lideranças manifestaram a indignação desses grupos em relação ao que consideram como abandono pelo Estado ao atendimento à saúde indígena nas aldeias e pólos-base, nos municípios do Maranhão<sup>11</sup>.

Como consequência da desestruturação das ações de saúde aos povos indígenas pelo Estado, tem ocorrido um agravamento dos casos de doenças e mortes de recém-nascidos, crianças e adultos entre os Apaniekrá e Ramkokamekra-Canela e outros grupos indígenas no Maranhão, em razão da ausência de medicamentos de uso contínuo nas aldeias. Fotografias apresentando recém-nascidos e adultos mortos foram publicadas nas redes sociais e indivíduos e grupos voluntários organizaram em São Luís, campanhas de arrecadação de recursos para aquisição de medicamentos destinados a estes grupos.

Essa desarticulação das políticas governamentais aos povos indígenas no campo da educação, saúde, gestão territorial e econômica reflete uma questão central presente nas relações intersocietárias de modo geral, e especificamente, entre os Apaniekrá e Ramkokamekra-Canela, segmentos regionais de população e agentes tutelares e do desenvolvimento. Neste sentido, pode-se considerar

...as ações do Estado sobre os povos indígenas como parte de um movimento de colonização, como *colonialismo*, retomando a idéia de *situação colonial* de Georges Balandier (1951), aproximando-a de movimentos mais contemporâneos... (LIMA, 2002, p. 13).

Deste ponto de vista, as redefinições nas políticas indigenistas podem

---

<sup>11</sup> A reunião, referida neste artigo, envolveu cerca de 400 indígenas das etnias Awá-Guajá, Tenetehara-Guajajara, Kaapor, Krikati, Kreyê, Krepumkateyê, Apaniekrá, Ramkokamekra-Canela e Pukobyê e representantes das citadas instituições públicas. Deveria contar, ainda, com a presença de representantes do Ministério da Saúde e do Distrito Sanitário Indígenas no Maranhão, os quais não compareceram, para tratar de assuntos relacionados à assistência à saúde indígena nas aldeias e áreas urbanas do Maranhão.

ser pensadas como parte de um movimento colonizador de longo alcance, que não toma os grupos/povos indígenas como agentes de sua história, mas como objetos ou adendos da história da formação da sociedade brasileira. Assim, as relações estabelecidas entre o Estado e esses grupos/povos ocorrem no campo do *poder tutelar*, considerado

...um exercício de poder desenvolvido frente a populações indígenas por um aparelho de governo instituído sob a justificativa de pacificar zonas de conflito entre nativos e não-nativos...logo de promover uma dada 'paz social' (LIMA, 2002, p. 14).

Nesta perspectiva, o *poder tutelar* não pode ser visto apenas como um poder mediador exercido pelo Estado nacional nas relações entre segmentos da sociedade brasileira e os grupos/povos indígenas, situados, sobretudo em *áreas de fronteira* (econômica e social), mas como uma forma de *dominação* sobre esses grupos e sociedades, através de políticas e ações administrativas. De acordo com a visão weberiana, “para a vida cotidiana dominação é primariamente administração” (WEBER, 1983, p. 175).

Nesse sentido, as ações e omissões do Estado em relação às demandas dos Apaniekrá e Ramkokamekra-Canela, tanto na mediação das relações intersocietárias, como na garantia dos direitos constitucionais (territoriais, assistenciais e políticos) a esses grupos inserem-se no quadro do exercício do *poder tutelar*, através de um instrumental específico, a *política indigenista*, fragmentada nas últimas décadas entre órgãos e ministérios, nas áreas da educação, saúde, gestão territorial, projetos produtivos, e outros (PACHECO DE OLIVEIRA, 1998).

Verifica-se, assim, a fragilização e a desarticulação das políticas, ações e agências voltadas à demarcação, proteção e gestão territorial das Terras Indígenas Kanela e Porquinhos, dificultando ou inviabilizando o exercício da soberania relativa desses grupos sobre os territórios demarcados e, contrariamente, abrindo perspectivas aos segmentos de *fronteira* que promovem a invasão especulativa e permanente dos territórios indígenas, como madeireiros, caçadores, pequenos agricultores e mais

recentemente, agentes do agronegócio.

De outro lado, se reproduz junto aos Apaniekrá e Ramkokamekra-Canela, como em outros casos de implementação de ‘projetos de etnodesenvolvimento’, situações de interrupção do fluxo de recursos por agências financiadoras, tornando estes projetos quase sempre inacabados. Neste contexto, a busca pela chamada auto sustentabilidade destes projetos, acaba por tornar-se um discurso legitimador à implementação dos mesmos, mas que na prática, raramente é verificado (SACHS, 2000).

Além da imposição da lógica da economia de mercado junto aos Apaniekrá e Ramkokamekra-Canela e outros grupos indígenas, os projetos de ‘etnodesenvolvimento’, têm resultado, historicamente, na desarticulação da economia tradicional destes grupos, baseada em roças familiares e coletivas (ESCOBAR, 1996).

Conforme análise realizada em trabalho anterior junto aos Ramkokamekra-Canela, a implementação de projetos de ‘desenvolvimento comunitário’ ou de ‘etnodesenvolvimento’ nas décadas de 1980-90 resultaram no abandono das roças tradicionais por estes grupos e na emergência de movimentos sócio-religiosos, inspirados em valores míticos presentes no chamado *messianismo canela* (OLIVEIRA, 2011).

Assim, o clássico ‘movimento messiânico canela de 1963’, teve sua emergência relacionada a uma imaginada prosperidade econômica, seguida de uma “decepção” posterior dos Canela em relação ao papel do Serviço de Proteção ao Índio (SPI) e, especificamente, à “perda” de seu herói fundador – o Marechal Cândido Rondon, falecido em 1958, ao qual se atribuía significado semelhante ao de Aukhê, no mito fundador do contato entre os timbira<sup>12</sup>.

À decepção dos Ramkokamekra com o movimento e, especialmente com a profetiza que o liderou, seguiu-se um período de “exílio” e descrença

---

<sup>12</sup> Em trabalho anterior foram analisados quatro movimentos sócio-religiosos emergidos entre os Ramkokamekra-Canela, entre os anos de 1980 e 1999, associados à implantação de projetos de ‘desenvolvimento comunitário’ ou ‘etnodesenvolvimento’ (OLIVEIRA, 2011). Sobre o ‘messianismo Canela’, vide ainda, Carneiro da Cunha (1986) e Brown (1991).

nas próprias possibilidades do grupo em alcançar as promessas colocadas pelo herói cultural, até que surgissem novamente, condições para emergência de novos movimentos sócio-religiosos pautados no *messianismo canela* (CROCKER, 1976).

Nos quatro movimentos sócio-religiosos ocorridos nas décadas de 1980-90, constatou-se que a emergência dos mesmos seguiu-se à possíveis “decepções” dos Canela em relação a projetos de ‘desenvolvimento comunitário’ e ‘etnodesenvolvimento’ implementados pela agência tutelar (FUNAI, em 1980), em parceria com agências desenvolvimentistas (CVRD-FUNAI, em 1984), e pela associação de outras agências com pesquisadores (1990-93 e 1999) (OLIVEIRA, 2011).

Assim, o chamado *messianismo Canela* opera em uma dimensão cognitiva, na medida em que permite aos Canela compreender os processos econômicos vinculados ao *desenvolvimento*, e numa dimensão política, na medida em que orienta uma *ação simbólica* e prática de apreensão dos bens e valores ocidentais, ou de rejeição da lógica dos projetos a dominar sua economia e sociedade (OLIVEIRA, 2011).

Nesse sentido, enquanto o *associativismo canela*, implementado como forma de inserção dos Apaniekrá e Ramkokamekra-Canela no “mercado de projetos”, sinaliza positivamente ao *desenvolvimento* e à possibilidade do seu controle pelos grupos indígenas, o *messianismo canela* abre as possibilidades da cognição e da orientação de uma ação política desses povos em face à *dominação* exercida através do poder tutelar e das agências e projetos de desenvolvimento.

### Referências bibliográficas

ALBERT, Bruce. Na Amazônia Brasileira: entre a Nova Constituição e o “Mercado de Projetos”. In: Instituto Socioambiental. **Povos Indígenas no Brasil, 2000**. São Paulo: ISA, 2000. Disponível em: <http://www.socioambiental.org.br/ISA.htm>. Acesso em: 06 out. 2013.

BARTH, Frederik. Os grupos étnicos e suas fronteiras. In: LASK, Tom (Org). **O guru, o iniciador e outras variações antropológicas**. Rio e Janeiro: Contra Capa Livraria, 2000. p. 25-67.

BROWN. Michael. Beyond Resistance: a Comparative Study of Utopian Renewal in Amazônia. **Ethnohistory**, v. 38, n. 4, p. 389-413, 1991.

CARNEIRO DA CUNHA, Manoela. **Antropologia do Brasil: Mito, História, Etnicidade**. São Paulo: Brasiliense-EDUSP, 1986.

CEDI. **Aconteceu. Povos Indígenas no Brasil – 1985 / 86**. São Paulo: CEDI, 1986.

\_\_\_\_\_. **Aconteceu. Povos Indígenas no Brasil - 1987 / 88 / 89 / 90**. São Paulo: CEDI, 1991

CROCKER, William. O Movimento Messiânico Canela: uma introdução (1967). In: SHADEN, Egon (Org.). **Leituras de Etnologia Indígena**. São Paulo: C.E.N.,1976. n.p.

CVRD-FUNAI. **Projeto Ferro-Carajás: Apoio às Comunidades Indígenas**. Rio de Janeiro/Brasília: FUNAI, 1982.

ESCOBAR, Arturo. **La Invención del Tercero Mundo: Construcción y Desconstrucción del Desarrollo**. Bogotá. Editorial Norma, 1996.

GLUCKMAM, Max. Análise de uma Situação Social na Zululândia Moderna. In: FELDMAN-BIANCO, Bela (Org.). **Antropologia das Sociedades Contemporâneas**. São Paulo: Global, 1987. p. 227-344.

LIMA, Antonio Carlos de Souza (Org.). **Gestar e Gerir: Estudos para uma Antropologia da Administração Pública no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2002.

NIMUENDAJU, Curt. **The Eastern Timbira**. Berkeley and Los Angeles: University of Califórnia Press, 1946.

OLIVEIRA, Adalberto L. R. de. **Ramkokamekra-Canela: Dominação e Resistência de um povo timbira no centroeste maranhense**. 2002. 312 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) - PPGAS-UNICAMP, Campinas, SP, [2002].

\_\_\_\_\_. Projeto Carajás, Práticas Indigenistas e Povos Indígenas no Maranhão. **Revista Antropológicas**, Recife, v. 15, n. 2, p. 135-169, 2005.

\_\_\_\_\_. **Projetos de Desenvolvimento, Mudanças Sócio-ambientais e Povos Indígenas no Centro-sul do Maranhão**. 27ª. Reunião Brasileira de Antropologia. ABA-UFPA. Belém, 2010.

\_\_\_\_\_. **Messianismo Canela: entre o Indigenismo de Estado e as Estratégias do**

Desenvolvimento. São Luís: EDUFMA-FAPEMA, 2011.

OLIVEIRA FILHO, João Pacheco de. **O Nosso Governo: os Ticuna e o Regime Tutelar**. São Paulo: Marco Zero/Brasília: CNPq, 1988.

PACHECO DE OLIVEIRA, João (Org) **Indigenismo e Territorialização: Poderes, Rotinas e Saberes Coloniais no Brasil Contemporâneo**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 1998.

SACHS, Wolfgang (Org.). **Dicionário do Desenvolvimento**. Petrópolis: Vozes, 2000.

SCHRÖDER, Peter. **Economia Indígena: Situação Atual e Problemas Relacionados a Projetos Indígenas de Comercialização na Amazônia Legal**. Recife: Ed. UFPE, 2003.

VELHO, Otávio. **Frentes de Expansão e Estrutura Agrária**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

WEBER, Max. **Economia e Sociedade**. Brasília: Editora da UnB, 1983. v.1.

Recebido em: 31/05/2015.

Aprovado em: 06/06/2015.

Publicação em: 30/06/2015.